

**ATA**

Aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e catorze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores – Amadeu Artur Matos Portilha, Adelina Paula Mendes Pinto, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, em regime de substituição, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

**-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----****-----INTERVENÇÕES-----**

**1 – Vereadora Helena Soeiro** – Referiu a degradação de dois edifícios abandonados, situados na Rua Colina do Sol, em Fermentões, utilizados como esconderijo para a realização de assaltos a habitações e estabelecimentos comerciais, situação que provoca um clima de insegurança nos moradores daquela zona. ---

**2 – Vereador José Torcato Ribeiro** – Quis saber se as diligências tomadas pela Câmara Municipal de Guimarães na reivindicação da isenção da cobrança do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) aos proprietários de edifícios no Centro Histórico já tiveram alguma consequência, recordando que o que havia sido informado é que todos os municípios com Centro Histórico no País iriam tomar uma posição. -----

**3 – Vereador Ricardo Araújo** – Referindo-se à notícia que

perspetiva a saída da empresa multinacional de vendas online Farfetch do Avepark, disse lamentar que tal sucedesse, considerando tratar-se de uma empresa de referência no sector do vestuário com ampla projeção e que emprega jovens qualificados, gerando riqueza para Guimarães. Continuou, referindo que as razões apontadas para esta saída têm a ver com a falta de acessibilidades ao Parque de Ciência e Tecnologia, reiterando que o Avepark não é atrativo porque não tem bons acessos, frisando que o problema não é novo. Acrescentou que esta reivindicação tem sido assumida pelo PSD, desde 2006, quer no Órgão Executivo quer no Órgão Deliberativo, com a defesa da construção de uma via de ligação rápida à Vila das Taipas. Lembrou as intervenções, já neste mandato, dos Vereadores André Coelho Lima e António Monteiro de Castro, justificando a necessidade desta ligação como fator preponderante para a capacidade do Município atrair investimento e para a coesão territorial. -----

**4 – Vereador André Coelho Lima** – Disse entender que não poderia deixar de abordar o tema do Avepark, colocando questões em torno deste assunto. Referiu que o Presidente da Câmara havia desmentido aquilo que foi dito sobre a saída da empresa Farfetch, pelo que perguntou que informação tinha nesse sentido. Perguntou quais eram as dificuldades de expansão da referida empresa no Avepark, considerando que aquele complexo está vazio. Disse, ainda, que interessa discutir as razões apontadas publicamente pelos seus responsáveis para a saída pois este argumento poderá afastar eventuais interessados e outras empresas que se queira atrair ao Avepark. Continuou, referindo que, nesta matéria, a Câmara Municipal não tinha feito aquilo que lhe dizia respeito e era de sua responsabilidade, lembrando que o congestionamento do acesso ao Parque Tecnológico sempre foi um



problema, e já devia ter sido resolvido há muito, lembrando que este equipamento foi constituído no ano de 2004. Recordou a recente intervenção do Vereador António Monteiro de Castro sobre a obra de repavimentação do troço Fermentões/Taipas da EN 101 tendo defendido a transformação daquela via de modo a constituir uma melhoria substancial na ligação ao Avepark. Por último, quis saber exatamente que tipo de via está projetada para a ligação ao Avepark e se será executada pela Câmara Municipal, caso não seja contemplada com fundos comunitários. -----

**5 - Presidente da Câmara** - Sobre as intervenções apresentadas, esclareceu: **a)** - Sobre a intervenção da Vereadora Helena Soeiro, disse registar a situação informando que a Câmara Municipal diligenciaria dentro das suas responsabilidades; **b)** - Relativamente à isenção do IMI para os imóveis situados no Centro Histórico disse ter falado com todos os Presidentes de Câmara de municípios com Centro Histórico classificado pela UNESCO acrescentando que Porto e Évora são os Municípios que estão em consonância com Guimarães, tendo a Autarquia vimaranense ficado com a incumbência de elaborar um documento para ser posteriormente apreciado pelos autarcas do Porto e Évora e entregue ao Ministério das Finanças, o que disse esperar que ocorra ainda durante o corrente mês de março. Acrescentou que os restantes municípios não manifestaram muito interesse em virtude da diminuição brutal da receita que esta isenção implica; **c)** - Sobre os acessos ao Avepark disse que a sua execução tem estado plasmada nos Planos e Orçamentos Municipais há cerca de 20 anos, tendo sido sempre expresso nos respetivos Relatórios e Contas que esta obra não tinha qualquer possibilidade de realização sem apoio do Governo, premissa que, do seu ponto de vista, continua a ser válida nos dias de hoje. Afirmou que, desde

2012, o Avepark sofreu um golpe mortal, devido à imposição legal que obrigou a uma reconfiguração do modelo de administração, uma vez que o atual Governo retirou aos municípios a possibilidade de participarem na gestão dos Parques de Ciência e Tecnologia como parceiros, realçando a complexidade jurídica que a situação criou, tendo informado que o processo de dissolução e liquidação daquela entidade, como obriga a lei, está a ser ultimado, com imensos obstáculos de natureza jurídica e financeira, razão pela qual ainda não foi submetido à aprovação dos órgãos municipais. Sobre a EN 101 disse não ser responsabilidade municipal, mas das Estradas de Portugal, sendo que o financiamento desta obra foi daquela entidade, tendo o Município, por Protocolo, assumido a gestão da via, sem que tenha despendido qualquer verba. Lembrou que tentou junto das Estradas de Portugal interceder para a construção de uma rotunda em Ponte, no acesso ao Parque Industrial, bem como para a criação de passeios em determinadas zonas, pretensões que não foram acolhidas pela referida entidade. Relativamente ao acesso ao Avepark disse estar a ser negociado com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Norte – CCDRN, através do seu Presidente, o Professor Emídio Gomes, que foi também Administrador do Avepark, a possibilidade de esta obra ser contemplada com apoios comunitários, sendo que, caso o Governo não assuma a parte não comparticipável, na ordem dos 20%, o Município assumirá esse custo, bem como o respetivo projeto, informando, a propósito, que se tratava de uma obra com um custo total na ordem dos 20 milhões de euros, compreendendo expropriações, projeto e execução. Reafirmou que esta obra estruturante é da responsabilidade do Governo mas que não desistia de negociar com a tutela a concretização da via de ligação



rápida à Vila das Taipas. Disse haver sintonia total das diferentes entidades (CIM do Ave, CIM do Cávado, Quadrilátero Urbano e CCDRN) para que o acesso ao Parque de Ciência e Tecnologia seja executado, informando que o estudo prévio está a ser elaborado pelos serviços da Autarquia e será brevemente discutido com as Estradas de Portugal. Informou, ainda, que o objetivo é criar uma nova ligação entre a rotunda de Fermentões/Silvares e o Parque Tecnológico, tratando-se de uma “via dedicada”, condição para que possa ser apoiada por fundos comunitários sendo que o Avepark reúne esta condição dado tratar-se de uma estrutura ligada à investigação. Quanto à Farfetch, disse que, tal como lhe foi transmitido pelo seu Administrador, dentro da estratégia do grupo foi entendido que a produção se mantém no Avepark e a expansão da empresa passará para Matosinhos, acrescentando que se a determinado momento qualquer empresa pretender deslocalizar-se, o Município nada poderá fazer a não ser tentar sempre criar as condições para que se mantenha, vincando o empenho da Autarquia em valorizar o Avepark. -----

**De seguida, o Presidente da Câmara submeteu à consideração dos presentes a votação de um Voto de Louvor pela atribuição do Prémio Carreira ao Professor Catedrático Fernando Castro, de acordo com o texto que a seguir se transcreve:** “Licenciado em Engenharia Metalúrgica em 1982, Fernando Castro é atualmente docente universitário na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e na Universidade do Minho, sendo atualmente professor catedrático no Departamento de Engenharia Mecânica desta Universidade, onde ingressou em 1984, no Polo de Guimarães. A partir de 1990, dedica-se à investigação de processos de tratamento de resíduos industriais contendo metais, iniciando essa atividade pela

investigação de novas metodologias para a extração de zinco e chumbo a partir de poeiras de fornos siderúrgicos. A área do tratamento de resíduos passou então a assumir um papel central na investigação realizada, principalmente numa vertente dirigida à resolução de problemas industriais. Em 1994 promove a criação do Laboratório de Análises Químicas da TecMinho, que permitiu dotar o Polo de Azurém da Universidade do Minho de meios laboratoriais analíticos de elevada qualidade. O Laboratório foi um dos primeiros a ser acreditados, em Portugal, para a realização de análises químicas de metais, tendo expandido rapidamente a sua atividade à análise de outros materiais, como os cerâmicos de origem arqueológica, os resíduos e os materiais geológicos. Em 2000, fruto das interações já então consolidadas com as empresas nacionais na área da gestão de resíduos, promove a criação do CVR - Centro para a Valorização de Resíduos, juntando a Universidade do Minho a vários parceiros empresariais e outras entidades públicas, entre as quais o Município de Guimarães, com o objetivo de ajudar o tecido económico a implementar melhores práticas de valorização dos seus resíduos. De 2002 a 2012, período durante o qual assumiu a presidência do Conselho de Administração, o CVR realizou mais de um milhar de trabalhos para empresas, de entre os quais estudos e projetos de investigação, vários dos quais sob sua coordenação. Fora da sua atividade profissional de engenharia e docência universitária, ao longo da qual publicou centenas de artigos científicos, Fernando Castro tem-se dedicado à gestão desportiva, ocupando diversos cargos de direção em estruturas associativas e federativas nacionais e internacionais do Xadrez, funções pelas quais recebeu, em 2006, o Prémio de Mérito Desportivo "Personalidade do Ano", atribuído pela Confederação do Desporto de Portugal. Tem-se



interessado pela história do desporto em Portugal, nomeadamente nas modalidades de hóquei em patins e xadrez, sendo autor de dois livros e de alguns artigos nesta área, e dirigindo sítios internacionais que contêm bases de dados históricos de referência a nível mundial. A convite de Guimarães Cidade Europeia do Desporto Guimarães 2013, escreveu o livro "Desporto em Guimarães: dos Primórdios à Atualidade", editado naquele ano. Como reconhecimento pela sua atividade no domínio do meio ambiente, em particular na investigação na temática da gestão de resíduos, a revista "Indústria e Ambiente" atribuiu-lhe, recentemente, o Prémio Carreira. Em reconhecimento do seu brilhante e prolífico percurso académico, dos relevantes contributos que a sua investigação aportou ao domínio da valorização de resíduos, cada vez mais atual e pertinente, e do empenho, generosidade e sentido cívico que colocou nas diversas atividades extraprofissionais que abraçou ao longo da sua vida, o Professor Fernando Castro é amplamente merecedor de reconhecimento público, que proponho seja expresso através da aprovação do presente Voto de Louvor." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**-----

#### -----INFORMAÇÕES-----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: -----

**1** – Da apresentação, no dia de amanhã, pelas 15:30 horas, no Auditório do Centro Cultural Vila Flor, da nova página website da Câmara Municipal de Guimarães, seguida de uma sessão de apresentação de ações que pretendem divulgar o processo de promoção e desenvolvimento económico do concelho de Guimarães, que culminará com a realização do programa televisivo "Expresso da Meia Noite", que será transmitido, pelas

23:00 do mesmo dia, na SIC Notícias. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

**1.** Do mapa das aquisições de serviços relativas ao mês de fevereiro, dando cumprimento da deliberação de Câmara de 20 do mesmo mês de fevereiro, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

**2.** Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 3 de março de 204, que aprovou a seguinte informação dos serviços do Departamento Financeiro para abertura do Concurso Público n.º 5-14 – **Aquisição de 5.000 Toneladas de Betão Betuminoso:**

**“Proposta para abertura – Concurso Público n.º 5-14 -**

Submete-se para aprovação superior, o programa de concurso e caderno de encargos, anexos, e a abertura do presente procedimento, nos seguintes termos: **Objeto:** Aquisição de Bens – 5.000 Toneladas de Betão Betuminoso; **Preço base:** 280.000,00€; **Classificação económica:** 020121;

**Procedimento:** Propõe-se a adopção do concurso público, previsto na alínea b), n.º 1, artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos e a respetiva aprovação do Júri abaixo mencionado;

**Entidade competente para adjudicar:** Município de Guimarães;

**Júri: Efetivos: Presidente** – Anabela Moreira Lima, Diretora do Departamento Financeiro; **Vogais:** Elsa Maria Ferreira Cordeiro Almeida, Chefe da Divisão Jurídica, em regime de substituição;

Parcídio Salgado, Chefe da Divisão de Administração Direta;

**Vogais Suplentes:** Sónia Raquel Ferreira Gonçalves, Chefe da Divisão de Contratação Pública e Gestão de Financiamentos; Carla Castro, Técnica Superior. Nas suas faltas e impedimentos a Presidente do Júri é substituída pela Vogal efetiva Elsa Maria Ferreira Cordeiro Almeida.” -----





**3.** Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 14 de março de 2014, que aprovou a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais para abertura de procedimento para execução da obra designada por “Salas de Ensaio na Garagem do Teatro Jordão”: “**1.** Atenta a necessidade de executar a obra designada por Salas de Ensaio na Garagem do Teatro Jordão - Urgezes, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar. **2.** Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respectivo preço contratual não deverá exceder 724.414,42€ + IVA, a satisfazer pela dotação 2.5.1.3401 do Plano Plurianual de Investimentos. **3.** Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do Decreto-Lei nº 18/08 de 29 de Janeiro (CCP), alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 278/09 de 2 de Outubro) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adopção de um concurso público sem anúncio no JOUE, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do CCP. **4.** Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca no Programa de Procedimento: Fixação do preço base em 724.414,42€ + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 150 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; **5.** Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efetivos a) Presidente: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; b) Vogal: Artur Corte Real – Chefe de Divisão de Estudos e Projetos; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida - Chefe de Divisão Administrativa. Suplentes a) Vogal: Joaquim Josias Silva Antunes Almeida de Carvalho – Diretor do

Departamento de Obras Municipais; b) Vogal: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier – Diretora do Departamento de Administração Geral. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora técnica do Departamento de Obras Municipais. **6.** Para aprovação de Erros e Omissões, propõe-se que o júri do procedimento tenha competências para a sua aprovação, desde que não seja alterado o preço base e o prazo de execução.” -----

**4.** Do Relatório Anual de acompanhamento do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, relativo ao ano de 2013, onde se evidenciam as medidas executadas pelos serviços do município em matéria de gestão de riscos de corrupção e de gestão de conflitos de interesses, enquadradas nas recomendações do Conselho de Prevenção da Corrupção, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

**5.** Dos Ofícios da Assembleia Municipal números 13 a 28, que comunicam a aprovação, em sessão realizada no passado dia 28 de fevereiro, das seguintes propostas: **a)** - "Revisão Orçamental"; **b)** - "CASFIG, EM UNIPESSOAL LDA - Anexos 1A e 1C do Plano de Gestão Previsional para o Ano Económico de 2014 e Plano Plurianual 2017/2017"; **c)** - "CASFIG EM UNIPESSOAL LDA - Designação de Fiscal Único"; **d)** - "Protocolo Financeiro e de Cooperação - Programa FINICIA - Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Concelho de Guimarães"; **e)** - "II Edição do Orçamento Participativo de Guimarães - Normas de Participação"; **f)** - "Prestação/Aquisição de Serviços - Fornecimento de uma solução de cópia, impressão e digitalização para as Escolas EB1 e JI de Guimarães - Repartição de Encargos"; **g)** - "Prestação/Aquisição de Serviços - Aquisição de Serviços de



Desenvolvimento de Atividades Sociais de Interesse Público no Município de Guimarães - Concurso Público n.º 8/13 - Repartição de Encargos"; **h)** - "Prestação/Aquisição de Serviços - Aquisição de Serviços de Desenvolvimento de Atividades Desportivas de Interesse Público no Município de Guimarães - Concurso Público n.º 9/13 - Repartição de Encargos"; **i)** - "Prestação/Aquisição de Serviços - Aquisição de Serviços de Desenvolvimento de Atividades Culturais de Interesse Público no Município de Guimarães - Concurso Público n.º 10/13 - Repartição de Encargos"; **j)** - "Prestação/Aquisição de Serviços - Aquisição de Serviços de Comunicação Móvel de Voz, Transmissão de Dados via MMS, GPRS e/ou UMTS e de Banda Larga Móvel - Compromisso Plurianual"; **k)** - "Recursos Humanos - Concursos para Cargos Dirigentes - Designação de Membros de Júris"; **l)** - "Recursos Humanos - Autorização de Abertura de Procedimentos Concurrais - Técnicos Superiores"; **m)** - "Prestação/Aquisição de Serviços - Fornecimento de Refeições em Refeitórios Escolares"; **n)** - "Pedido de Reconhecimento de Interesse Público Municipal respeitante à intervenção a realizar na Casa do Assento - S. Torcato"; **o)** - "Alteração de Trânsito na Freguesia de Azurém"; **p)** - "Extinção da Fundação Cidade de Guimarães -Projeto de Diploma - Pronúncia do Município de Guimarães". -----

**6.** Do Ofício da Assembleia Municipal número 29, datado de 3 de março de 2014, que comunica a eleição do Presidente da União das Freguesias de Airão Santa Maria, Airão S. João e Vermil, António Carlos Pereira de Carvalho, para integrar o Conselho Municipal de Educação de Guimarães. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

**CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 6 DE MARÇO DE 2014.** Foi dispensada a leitura

da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião.

**DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Absteve-se o Vereador António Monteiro de Castro, por não ter estado presente na reunião.-----

**CÂMARA - RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO 2013**

- Presente, para votação, o Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Respeito pelos Direitos e Garantias dos Membros da Oposição respeitante ao ano de 2013, que se anexa, após o que, conforme dispõe o nº 2, do art.º 10º do Estatuto do Direito de Oposição, aprovado pela Lei nº 24/98, será enviado a todos os partidos políticos representados na Assembleia Municipal, para que sobre ele se pronunciem. O Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Respeito pelos Direitos e Garantias dos Membros da Oposição respeitante ao ano de 2013 dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.**

Absteve-se o Vereador José Torcato Ribeiro. Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Helena Soeiro e Ricardo Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Muito embora esta deliberação diga respeito ao exercício de 2013, ocupado em apenas cerca de 2 meses pelo atual executivo, os vereadores PSD-CDS entendem dever dar a esta votação um sentido essencialmente político. Nessa conformidade e não obstante existirem já algumas razões de queixa por parte dos vereadores sem pelouro, designadamente por saberem não ser convidados para iniciativas organizadas pela Câmara de Guimarães, nas quais estão presentes todos os vereadores com pelouro, entendem os vereadores subscritores dever votar favoravelmente este relatório, no que deve ser entendido como



um voto de confiança no atual executivo, de que ao longo do presente mandato cumprirá não apenas com a formalidade legal advindo do Estatuto do Direito de Oposição, mas com o respeito e destaque a que devem ter direito todos os representantes do Município de Guimarães, ainda que a lei permita que lhes não seja atribuída pelouro. Por essa razão, votamos favoravelmente.” -----

**OBRAS PÚBLICAS - BENEFICIAÇÃO DE ARRUAMENTOS EM VÁRIAS FREGUESIAS DO CONCELHO – INFORMAÇÃO PARA INÍCIO DE PROCEDIMENTO**

Presente a seguinte informação da Chefe de Divisão de Empreitadas: “**1.** Atenta a necessidade de executar a obra de: Beneficiação de arruamentos em várias freguesias do concelho, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar. **2.** Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respectivo preço contratual não deverá exceder 1.310.828,07€ + IVA, a satisfazer pela dotação 3.3.1.1.03 do Plano Plurianual de Investimentos. **3.** Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do Decreto-Lei nº 18/08 de 29 de Janeiro (CCP), alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 278/09 de 2 de Outubro com as alterações introduzidas por legislação posterior) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adopção de um concurso público sem anúncio no JOUE, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do CCP. **4.** Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca no Programa de Procedimento: Fixação do preço base em 1.310.828,07 + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 120 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; **5.** Para a condução do

procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efetivos - a) Presidente: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; b) Vogal: Artur Corte Real – Chefe de Divisão de Estudos e Projetos; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida - Chefe de Divisão Administrativa. Suplentes - a) Vogal: Joaquim Josias Silva Antunes Almeida de Carvalho – Diretor do Departamento de Obras Municipais; b) Vogal: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier – Diretora do Departamento de Administração Geral. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora técnica do Departamento de Obras Municipais. **6.** Mais se propõe que a competência para prestar esclarecimentos no âmbito do presente procedimento, nos termos previstos no art.º 50º do CCP, seja delegado no júri do procedimento, ao abrigo do supra referido art.º 109º do mesmo código.” O Caderno de Encargos e o Programa de Procedimento dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE GUARDIZELA – OFERTA DE BANDEIRA** – Presente a seguinte proposta: “A Junta de Freguesia de Guardizela solicita a cedência, a título definitivo, de uma bandeira do Município de Guimarães, uma vez que as que têm se encontram já degradadas. Informa-se que existe nos Serviços uma bandeira do Município disponível para este efeito, cujo custo atual se estima em 88,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Nesta conformidade, proponho a oferta de uma bandeira do Município à referida freguesia.” **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE AZURÉM – OFERTA DE BANDEIRA** – Presente a seguinte proposta: “A Junta de



Freguesia de Azurém solicita a cedência a título definitivo de uma bandeira do Município de Guimarães, uma vez que a que tem se encontra já degradada. Informa-se que existe nos Serviços uma bandeira do Município disponível para este efeito, cujo custo atual se estima em 88,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Nesta conformidade, proponho a oferta de uma bandeira do Município à referida freguesia.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE FERMENTÕES – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO** – Presente a seguinte proposta:

“Em novembro de 2013, a Junta de Freguesia de Fermentões comunicou a esta Câmara Municipal as preocupações manifestadas pela maioria dos empresários com instalações zona industrial da Chamusca, cujo acesso se faz através de um arruamento com o mesmo nome mas com um perfil muito exíguo e algo sinuoso, solicitando e alertando para a necessidade do alargamento da mesma, de forma a melhorar as acessibilidades e possibilitar o cruzamento de veículos ligeiros e pesados, sob pena de se verificar uma deslocalização daquelas empresas. Para o efeito, a Junta de Freguesia apresentou um orçamento no valor de 22.400,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Nesta sequência, atendendo ao número de empresas ali sediado e tendo em conta a importância de tornar mais fáceis as acessibilidades às referidas empresas, após a conclusão do processo de negociação amigável com o proprietário do terreno necessário ao alargamento, a Freguesia de Fermentões procedeu à execução dos trabalhos de alargamento da rua da Chamusca, bem como a demolição e reconstrução dos muros que a ladeiam. Após consulta da cartografia da rede viária municipal e do cadastro dos bens do Município, a Divisão do Património Municipal informou que tal via,

embora sendo pública, não se encontra classificada como estrada ou caminho municipal, pelo que não está assim sob a jurisdição do município. Assim, em reconhecimento do relevante interesse económico, presente na necessidade em manter as empresas no concelho de Guimarães e na promoção da manutenção dos empregos existentes, submete-se à aprovação do executivo camarário, para ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea o) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de um subsídio no valor de 23.744,00€ à Freguesia de Fermentões, destinado a participar, a título excecional, nos custos envolvidos com o alargamento da rua da Chamusca, daquela freguesia.”

**DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.**

Absteve-se o Vereador José Torcato Ribeiro. -----

**FREGUESIAS – ACORDOS DE EXECUÇÃO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – LIMPEZA DAS VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS, SARJETAS E SUMIDOUROS E DE REALIZAÇÃO DE PEQUENAS REPARAÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO** – Presente a seguinte proposta: “Estabelece o art.º 132º

do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que se consideram delegadas nas juntas de freguesia um conjunto de competências, que até à entrada em vigor desta lei pertenciam às câmaras municipais. Contudo, e conforme dispõe o nº 1 do art.º 133º do mesmo diploma, tais competências são transferidas através de acordos de execução entre as câmaras municipais e as juntas de freguesia, para o que é estabelecido um prazo que é meramente indicativo de 180 dias contados da instalação dos órgãos autárquicos, para se promover o processo tendente à





celebração de tais acordos. O Presidente da Câmara, no uso das competências que lhe foram conferidas por deliberação da Câmara Municipal de 17 de outubro de 2013, está a promover a discussão e a preparação com as juntas de freguesia tendo em vista a delegação legal daquelas competências para posterior celebração dos acordos de execução. Não estando ainda concluído o processo de negociação, mas havendo necessidade de se transferir, desde já, as competências em matéria de limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros e de realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, previstas nas alíneas b), e) e f) do nº 1 do aludido art.º 132º, propõe-se, nos termos da alínea k), nº 1, do art.º 25, da alínea m), do n.º 1, do art.º 33º, alínea g), do n.º 1, do art.º 9º e alínea i), do n.º 1, do art.16º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal a celebração de Acordos de Execução com as 48 Freguesias do Concelho, conforme minuta em anexo (**Doc. 1**), bem como a transferência das correspondentes verbas, no ano civil de 2014, por conta das competências a delegar, cujo valor anual atinge o montante global de 455.218,00€, conforme discriminado no mapa em anexo (**Doc. 2**). Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**PROTOCOLOS – PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES E A JUNTA DO NÚCLEO DE GUIMARÃES DO CORPO NACIONAL DE ESCUTAS** – Presente a seguinte informação: “Refere-se a presente informação técnica ao protocolo a celebrar entre a Câmara Municipal de Guimarães e a

Junta do Núcleo de Guimarães do Corpo nacional de Escutas. Face ao reconhecimento da importância do tratamento de informação como ferramenta de gestão municipal e ao fato dos Grupos de Escuteiros reunirem um conjunto de informação possível de utilidade para o planeamento e gestão territorial municipal, foi desenvolvida uma possibilidade de partilha de informação entre a Câmara Municipal de Guimarães e a Junta do Núcleo de Guimarães do Corpo nacional de Escutas. Verificando-se a aceitação informal do protocolo pela Junta do Núcleo de Guimarães do Corpo nacional de Escutas, a conformidade legal do protocolo (conforme informação da divisão jurídica) e o interesse que a celebração deste protocolo apresenta para o trabalho a realizar, julga-se propor à consideração superior a celebração do protocolo em causa (e, caso positivo, sujeição a análise e deliberação do Órgão Executivo municipal). Em anexo, junta-se minuta do protocolo a celebrar.” A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - RATIFICAÇÃO DAS AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS RELATIVAS AO MÊS DE FEVEREIRO QUE NÃO SE ENQUADRAM NO PARECER PRÉVIO GENÉRICO FAVORÁVEL, APROVADO POR DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 20 DE FEVEREIRO DE 2014** – Presente, para

ratificação, as aquisições de serviços relativas ao mês de fevereiro que não se enquadram no parecer prévio genérico favorável, aprovado por deliberação de Câmara de 20 de fevereiro de 2014. A listagem dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO RATIFICAR POR**

**UNANIMIDADE.** -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - AQUISIÇÃO DE**



**SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES SOCIAIS DE INTERESSE PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES - CONCURSO PÚBLICO N.º 8/13 - APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO**

Presente, para aprovação, a minuta do contrato referente à aquisição de serviços de ação social no Município de Guimarães, adjudicada por deliberação da Câmara Municipal de 23 de janeiro de 2014 a "Fraterna - Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social, CIPRL", pelo preço contratual de 487.000,00€. A minuta do contrato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e José Torcato Ribeiro. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Helena Soeiro e Ricardo Araújo, que apresentaram a seguinte **declaração de voto:** "Tal como alertamos na reunião de 06.02.2014, os senhores vereadores Amadeu Portilha, José Bastos e Paula Oliveira participaram na discussão e votação dos pontos relativos às propostas de abertura de concurso público para aquisição de serviços para o desenvolvimento de atividades sociais, culturais e desportivas, tendo inclusive apresentado declaração de voto. Nomeadamente a vereadora Paula Oliveira participou na discussão e votação do ponto relativo à proposta de abertura do concurso público nº 8/2013. É pressuposto de candidatura (declaração de aceitação) a declaração sob compromisso de honra de não ter estado direta ou indiretamente na elaboração das peças do concurso. A participação na votação desse ponto deveria ter conduzido, como em devido tempo alertamos, a um reiniciar de todo o processo e não à sua manutenção, na medida em que se mantém erigido sob um

pressuposto do qual pode resultar a sua futura inviabilização. Que é aquilo para o que sempre alertamos e que é sobretudo o que sempre pretendemos acautelar. Por esta razão, por estarmos perante uma minuta de contrato no qual em nome da FRATERNA (entidade à qual se pretende adjudicar a prestação de serviço) figura como subscritora uma pessoa que participou na definição das condições do concurso ao participar na sua votação, votamos contra esta proposta.” A Vereadora Paula Oliveira não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedida, uma vez que pertence aos órgãos sociais da Cooperativa. -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS DE INTERESSE PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES - CONCURSO PÚBLICO N.º 9/13 - APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO**

- Presente, para aprovação, a minuta do contrato referente à aquisição de serviços de desenvolvimento de atividades desportivas de interesse público no Município de Guimarães, adjudicada por deliberação da Câmara Municipal de 6 de fevereiro de 2014 a "Tempo Livre Físico - Centro Comunitário de Desporto e Tempos Livres, CIPRL", pelo preço contratual de 585.000,00€. A minuta do contrato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Helena Soeiro e Ricardo Araújo, que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Tal como alertamos na reunião de 06.02.2014, os senhores vereadores



Amadeu Portilha, José Bastos e Paula Oliveira participaram na discussão e votação dos pontos relativos às propostas de abertura de concurso público para aquisição de serviços para o desenvolvimento de atividades sociais, culturais e desportivas, tendo inclusive apresentado declaração de voto. Nomeadamente o vereador Amadeu Portilha participou na discussão e votação do ponto relativo à proposta de abertura do concurso público nº 9/2013. É pressuposto de candidatura (declaração de aceitação) a declaração sob compromisso de honra de não ter estado direta ou indiretamente na elaboração das peças do concurso. A participação na votação desse ponto deveria ter conduzido, como em devido tempo alertamos, a um reiniciar de todo o processo e não à sua manutenção, na medida em que se mantém erigido sob um pressuposto do qual pode resultar a sua futura inviabilização. Que é aquilo para o que sempre alertamos e que é sobretudo o que sempre pretendemos acautelar. Por esta razão, por estarmos perante uma minuta de contrato no qual em nome da TEMPO LIVRE (entidade à qual se pretende adjudicar a prestação de serviço) figura como subscritor uma pessoa que participou na definição das condições do concurso ao participar na sua votação, **votamos contra** esta proposta.” **O Vereador Amadeu Portilha não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido, uma vez que pertence aos órgãos sociais da Cooperativa.** -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES CULTURAIS DE INTERESSE PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES - CONCURSO PÚBLICO N.º 10/13 - APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO** - Presente, para aprovação, a minuta do contrato da aquisição de serviços

designada por "Desenvolvimento de Atividades Artísticas, Culturais, Socioculturais e de Formação, de Interesse Público, no Município de Guimarães", adjudicado por deliberação da Câmara Municipal de 23 de janeiro de 2014 a "A Oficina - Centro de Artes e Mesteres Tradicionais de Guimarães, CIPRL", pelo valor de €2.439.000,00. A minuta do contrato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Helena Soeiro e Ricardo Araújo, que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Tal como alertamos na reunião de 06.02.2014, os senhores vereadores Amadeu Portilha, José Bastos e Paula Oliveira participaram na discussão e votação dos pontos relativos às propostas de abertura de concurso público para aquisição de serviços para o desenvolvimento de atividades sociais, culturais e desportivas, tendo inclusive apresentado declaração de voto. Nomeadamente o vereador José Bastos participou na discussão e votação do ponto relativo à proposta de abertura do concurso público nº 10/2013. É pressuposto de candidatura (declaração de aceitação) a declaração sob compromisso de honra de não ter estado direta ou indiretamente na elaboração das peças do concurso. A participação na votação desse ponto deveria ter conduzido, como em devido tempo alertamos, a um reiniciar de todo o processo e não à sua manutenção, na medida em que se mantém erigido sob um pressuposto do qual pode resultar a sua futura inviabilização. Que é aquilo para o que sempre alertamos e que é sobretudo o que sempre pretendemos acautelar. Por esta razão, por estarmos



perante uma minuta de contrato no qual em nome d' A OFICINA (entidade à qual se pretende adjudicar a prestação de serviço) figura como subscritor uma pessoa que participou na definição das condições do concurso ao participar na sua votação, **votamos contra** esta proposta." **O Vereador José Bastos não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido, uma vez que pertence aos órgãos sociais da Cooperativa.** -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA PARA A EMPREITADA DO CENTRO ESCOLAR DE RONFE** – Presente a

seguinte informação da Chefe de Divisão de Empreitadas: "1.

**Objecto:** Contratação dos serviços de Coordenação de Segurança e Saúde para a empreitada referida em epígrafe, dando cumprimento ao artigo 17.º do Decreto-Lei 273/2003. 2.

**Considerandos:** A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requer conhecimentos, formação especializados e experiência em Sistemas de Gestão de Coordenação de Segurança e Saúde para a fase de obra e legislação correlacionada; De acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual quadro de pessoal, nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. 3. **Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo dos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de prestação

de serviços de Coordenação de Segurança e Saúde para a empreitada referida em epígrafe, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a prestação de serviços de Coordenação de Segurança e Saúde para a fase de obra da empreitada "CENTRO ESCOLAR DE RONFE", cumprindo com as obrigações do Dono de Obra referidas no artigo 17.º do Decreto-Lei 273/2003; b) A despesa total, considerando o tempo estimado de duração da obra, será de 17.600,00€ acrescido de IVA à taxa legal em vigor; c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 2.1.1.2.71 do PPI (Plano Plurianual de Investimentos), correspondente ao ano de 2014; d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste direto, com consulta a pelo menos 3 entidades, de acordo com o artigo 20º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro; e) Finalmente, informa-se que no ano de 2013 não foi celebrado nenhum contrato com objecto idêntico ao do que agora se pretende celebrar, pelo que, ao preço base deste procedimento não foi aplicada a redução remuneratória, nos termos previstos no art.º 33º da LOE 2014, por remissão do art.º 73.º do mesmo diploma legal." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESTAURO DE DOCUMENTOS EM FORMATO PAPEL E PERGAMINHO CUSTODIADOS PELO ARQUIVO MUNICIPAL ALFREDO PIMENTA** – Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Arquivos: **"1. Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESTAURO DE DOCUMENTOS EM FORMTO PAPEL E PERGAMINHO CUSTODIADOS PELO ARQUIVO MUNICIPAL ALFREDO PIMENTA - 2. Considerandos:** A presente prestação de serviço destina-se a





assegurar o restauro de documentos para posterior digitalização de documentos em formato papel e pergaminho custodiados pelo Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, prevista no Orçamento Geral e aprovada na candidatura ao FEDER – 000038 – **“Digitalização um processo de acessibilidade e conteúdos e serviços on-line”**. A execução das tarefas associadas ao serviço que se pretende contratar requer conhecimentos, formação especializada e experiência na área de restauro de documentos. De acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual quadro de pessoal; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo dos n.ºs 4 e 11 do art.º 73.º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de prestação de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a prestação de serviços de restauro de 13 livros manuscritos, em formato papel e pergaminho, dos arquivos de Registo Paroquial, do Cartório Notarial, da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira e de 48 pergaminhos do Mosteiro do Souto, documentação custodiada pelo Arquivo Municipal Alfredo Pimenta; b) A despesa anual estima-se em 50.000,00€ (cinquenta mil euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor); c). A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 10.02.02.20 correspondente ao ano de 2014. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste direto de acordo com o Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro - Código dos Contratos Públicos, com convite a pelo menos uma entidade. e) Finalmente, informa-se que não será aplicada a redução

remuneratória prevista no art.º. 33º da LOE 2013, por remissão do art.º 73.º do mesmo diploma legal, pois no ano transato não foi efetuado nenhum contrato com idêntico objeto.” Após discussão da proposta, foi proposto que o convite seja feito a, se possível, três entidades. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – REALIZAÇÃO DE UM PROCEDIMENTO ATINENTE À NECESSIDADE DE REVISÃO DA ESPECIALIDADE DE AVAC DA EB 2/3 DAS TAIPAS, FACE À NOVA LEGISLAÇÃO** – Presente a seguinte

informação do Chefe da Divisão de Estudos e Projetos: “**1.**

**Objecto:** contratação de um serviço referente à realização de um projeto atinente à necessidade de revisão da especialidade de AVAC da EB2/3 das Taipas, face à nova legislação – hoje, menos penalizante; **2. Considerandos:** A execução das tarefas associadas aos serviços a contratar, requiere conhecimentos e formação de arquitetura, e engenharia civil – hidráulica, e engenharia mecânica. Não se recorreu ao pedido de informação para a realização de consulta sobre a existência de recursos disponíveis ao Departamento de Recursos Humanos, pelo facto de se tratar de um trabalho de autor, tendo de ser resolvido quer por questões de matéria de conhecimento, quer por questões de autoria, à equipa projetista que realizou o primeiro projeto. Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo dos n.ºs 4, 5 e 11 do art.º 75.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de aquisição de serviços, referente à



realização um projeto de reformulação do sistema de climatização previsto no projeto da escola da E.B.2/3, tendo em consideração a entrada em vigor de nova legislação, menos penalizante para o erário público. Acresce referir que a economia prevista ainda que com a realização deste trabalho, afigura-se ser economicamente vantajosa. A) O objecto do contrato que aqui se pretende realizar diz respeito à redefinição do sistema desenhado com o pressuposto na legislação anterior, implicando para além da adaptação e redimensionamento da infraestrutura mecânica em causa, o projeto implica a realização das adaptações necessárias ao nível da arquitetura, engenharia civil e (eventualmente ao nível de eletrotecnia); b) Os elementos a realizar implicam por um lado a realização de todos os elementos necessários à realização plena da obra, concertada com as especialidades e áreas todas consideradas no projeto original, Estas terão de assegurar o disposto na portaria 701-H/2008, tendo em vista todos os trabalhos necessários e inerentes à realização do programa em questão. que se traduzem na configuração das valências referentes à forma e design do edifício, princípio de estabilidade, mecânica e de outros trabalhos complementares que contribuam para a correta definição do objecto pretendido; c) De modo a não haver incongruências, aplica-se ao presente caso a necessidade de revisão dos elementos (por entidade externa), que irão constituir o projeto, à semelhança do consagrado no contrato inicial; e) A despesa anual estima-se em 36.520,00€ (trinta e seis mil, quinhentos e vinte euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. E encontra cabimento no plano plurianual de investimento do ano 2014; f) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste direto com convite à empresa "PITÁGORAS – ARQUITETURA E ENGENHARIA INTEGRADAS, LDA.", por

recorrência a critérios materiais, visto haver e estarem envolvidos direitos de autor atribuídos à obra em causa. O procedimento encontra fundamento legal no disposto na alínea e) do nº 1 do artigo 24º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro - Código dos Contratos Públicos; g) - Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. h) Finalmente, informa-se que o preço base deste procedimento já contempla a redução remuneratória prevista no art.º 33.º, aplicável por força do art.º 73.º, ambos da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro, diploma que aprovou a Lei do Orçamento de Estado para 2014.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador António Monteiro de Castro não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido.**-----

**DOAÇÕES - UNIÃO DESPORTIVA DE POLVOREIRA - DOAÇÃO DE MOBILIÁRIO** – Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Património Municipal: “A União Desportiva de Polvoreira solicitou a cedência de mobiliário para apetrechar as suas instalações desportivas. Em visita ao armazém da Divisão de Património Municipal, verificou-se a existência de vários bens que poderão ser disponibilizados, atendendo que se encontram obsoletos e já não satisfazem as necessidades dos serviços municipais. Desta forma, submete-se à consideração superior a decisão quanto à doação à União Desportiva de Polvoreira do equipamento melhor identificado na tabela abaixo, devendo, em caso de deferimento, o assunto ser aprovado pelo órgão executivo, nos termos do disposto na alínea o), nº 1 do artigo



33º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, tendo sido atribuído ao equipamento o valor de 611,00€. -----

DESIGNAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
3 Mesas de apoio	€20,00	€60,00
Suporte revistas em madeira	€25,00	€25,00
Banco comprido revestido a napa	€40,00	€40,00
3 Mesas quadradas em madeira	€50,00	€150,00
Banco corrido em madeira	€30,00	€30,00
Recipiente em latão	€40,00	€40,00
Armário em fórmica com 2 portas e prateleiras metálicas ao centro	€60,00	€60,00
14 Mesas plásticas brancas	€10,00	€140,00
33 Cadeiras plásticas brancas	€2,00	€66,00
<b>TOTAL</b>		<b>€611,00</b>

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DOAÇÕES - ACADEMIA DE MÚSICA FERNANDO MATOS -  
DOAÇÃO DE MOBILIÁRIO**

- Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Património Municipal: "A Academia de Música Fernando Matos com sede na vila de Caldas das Taipas solicitou a cedência de mobiliário para equipar as suas instalações. De acordo com a informação prestada pela Divisão de Educação existe a disponibilidade de 10 mesas e 20 cadeiras de aluno, provenientes de escolas do 1º ciclo entretanto encerradas, que embora se encontrem em razoável estado de conservação, não respondem às necessidades dos estabelecimentos de ensino. Para além do material disponibilizado pelos serviços da educação, em visita ao armazém da Divisão de Património Municipal, verificou-se a existência de 1 armário, 1 secretária, 1 bloco de gavetas e uma mesa de apoio, em desuso, que poderão ser cedidos. Desta forma, submete-se à consideração superior a decisão quanto à doação àquela entidade do equipamento melhor identificado na tabela

abaixo, devendo, em caso de deferimento, o assunto ser aprovado pelo órgão executivo, nos termos do disposto na alínea o), nº 1 do artigo 33º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, tendo sido atribuído ao equipamento o valor total de €480,00. ----

DESIGNAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
20 Cadeiras de aluno (baixas) ref.01.03	€4,00	€80,00
10 Mesas de aluno (baixas) ref.01.03	€15,00	€150,00
1 Secretária estrutura metálica preta, tampo em madeira	€70,00	€70,00
Armário estrutura metálica revestido a madeira	€90,00	€90,00
Bloco Gavetas estrutura metálica	€40,00	€40,00
Mesa apoio estrutura metálica, tampo em madeira	€50,00	€50,00
<b>TOTAL</b>		<b>€480,00</b>

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**DOAÇÕES - CORPO NACIONAL DE ESCUTAS - DOAÇÃO DE MOBILIÁRIO**

- Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Património Municipal: "O Agrupamento nº 883 de Corpo Nacional de Escutas, sedado em Briteiros S. Leocádia, solicitou a cedência de equipamento, destinando-se ao apetrechamento da sua sede. Em visita ao armazém da Divisão de Património Municipal, verificou-se a existência de 2 secretárias e uma máquina de escrever manual que poderão ser disponibilizadas, dada a obsolescência dos equipamentos. Desta forma, submete-se à consideração superior a decisão quanto à doação àquela entidade, do equipamento melhor identificado na tabela abaixo, devendo, em caso de deferimento, o assunto ser aprovado pelo órgão executivo, nos termos do disposto na alínea o), nº 1 do artigo 33º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, tendo sido atribuído ao equipamento o valor total de 90,00€. -----



DESIGNAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2 Secretárias estrutura metálica bege, tampo em fórmica com bloco de gavetas	€35,00	€70,00
Máquina de escrever manual	€20,00	€20,00
TOTAL		€90,00

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**RECURSOS HUMANOS - PROCEDIMENTO DISCIPLINAR Nº**

**4/2012** - Presente a seguinte proposta da Vereadora Adelina Paula Pinto: "Na sequência da instauração do procedimento disciplinar acima referido por despacho de 11 de outubro de 2012, a pena disciplinar a aplicar nos termos propostos pelo instrutor do referido processo é a pena disciplinar de repreensão escrita. Nos termos do nº 4 do artigo 14º da Lei nº 58/2008, de 9 de setembro, a aplicação das penas disciplinares é da competência do órgão executivo do Município. Pelo que, solicita-se a V. Ex.<sup>a</sup> que submeta a presente proposta à próxima reunião da câmara municipal. O Relatório Final dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR ESCRUTÍNIO SECRETO E UNANIMIDADE APROVAR, APLICANDO A PENA DE REPREENSÃO ESCRITA. -----**

**RECURSOS HUMANOS - PROCEDIMENTO DISCIPLINAR Nº 5-**

**2012** – Presente a seguinte proposta da Vereadora Adelina Paula Pinto: "Na sequência da instauração do procedimento disciplinar acima referido, por despacho de 18 de dezembro de 2012, a pena disciplinar a aplicar nos termos propostos pelo instrutor do referido processo é a pena disciplinar de repreensão escrita. Nos termos do nº 4 do artigo 14º da Lei nº 58/2008, de 9 de setembro, a aplicação das penas disciplinares é da competência do órgão executivo do Município. Pelo que se submete a presente proposta à

próxima reunião da Câmara Municipal. O Relatório Final dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO POR ESCRUTÍNIO SECRETO E UNANIMIDADE APROVAR, APLICANDO A PENA DE REPREENSÃO ESCRITA. --**

**RECURSOS HUMANOS - ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA CARGOS DIRIGENTES** - Presente a

seguinte proposta da Vereadora Adelina Paula Pinto: "Com a entrada em vigor, a 1 de janeiro de 2014, da nova estrutura orgânica dos serviços do Município, cessaram as comissões de serviço de alguns dirigentes, encontrando-se os respetivos cargos a ser assegurados em regime de substituição. Este regime mantém-se somente pelo período de 90 dias, salvo se estiverem a decorrer procedimentos concursais tendentes à ocupação dos cargos em causa. Verifica-se a necessidade de assegurar a direção das unidades orgânicas, sob pena de ficarem comprometidas a gestão e coordenação dos serviços. Tendo sido aprovada, em Assembleia Municipal de 28 de fevereiro último, a designação dos membros do júri dos procedimentos concursais, nos termos do disposto no artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, proponho, ao abrigo do artigo. 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, que seja submetida a deliberação da Câmara Municipal a abertura de procedimentos concursais para preenchimento dos seguintes cargos: Diretor do Departamento de Obras Municipais; Diretor do Departamento de Administração Geral; Diretor do Departamento de Urbanismo e de Promoção do Desenvolvimento; Diretor do Departamento de Cultura, Turismo e Juventude; Chefe da Divisão de Estudos e Projetos; Chefe da Divisão Jurídica; Chefe da Divisão de Modernização Administrativa e Qualidade; Chefe da Divisão de Urbanismo; Chefe da Divisão de Desenvolvimento Económico; Chefe da Divisão de Cultura e Turismo; Chefe da





Divisão de Fiscalização e Contencioso.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**ATIVIDADES ECONÓMICAS - PROJETOS ECONÓMICOS DE INTERESSE MUNICIPAL – APROVAÇÃO DE CANDIDATURAS PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS – APROVAÇÃO DAS MINUTAS DOS CONTRATOS A CELEBRAR**

Presente, para aprovação do executivo camarário, as seguintes candidaturas a PEIM, nos termos das informações dos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, conforme documentos em anexo (**doc. 1**), bem como as minutas dos contratos de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se juntam em anexo como **doc. 2**: REQUERENTE:

**Albano Miguel Fernandes, Lda** - PRINCIPAL ATIVIDADE:

**Fabricação de Calçado (CAE 15201-R3) - NIPG: 9505/14;**

REQUERENTE: **Cantarias Badim, Lda** - PRINCIPAL ATIVIDADE:

**Fabrico e Comercialização de Artigos em Pedra (CAE: 23703-R3) - NIPG: 11684/14;**

REQUERENTE: **So Farm So Good, Lda** -

PRINCIPAL ATIVIDADE: **Produção/Comercialização de**

**Pequenos Frutos (CAE: 01252) - NIPG: 6348/14;**

REQUERENTE: **Somethingmodern, Lda** - PRINCIPAL ATIVIDADE:

**Hotelaria e Restauração (CAE: 47291) - NIPG: 15047/14;**

REQUERENTE: **Vitor Jorge Oliveira Unipessoal** - PRINCIPAL

ATIVIDADE: **Comercialização de Calçado (CAE: 47721-R3) -**

**NIPG: 11613/14.** Os referidos documentos dão-se aqui por

reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO - PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES - ANO**

**LETIVO 2014/2015** – O Presidente da Câmara solicitou que este

assunto fosse retirado da ordem de trabalhos para posterior

clarificação dos documentos, pelo que a proposta foi retirada. -----

**AÇÃO SOCIAL - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO – JANEIRO DE 2014**

– Presente a seguinte informação da Chefe de Divisão de Ação Social: “Por deliberação de 20 de dezembro de 2013 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com caráter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos. Importa assim, submeter a ratificação os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa que se anexa.” O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

**AÇÃO SOCIAL - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO –**

**FEVEREIRO DE 2014** – Presente a seguinte informação da Chefe de Divisão de Ação Social: “Por deliberação de 20 de dezembro de 2013 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com caráter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos. Importa assim, submeter a ratificação os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa que se anexa.” O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

**AÇÃO SOCIAL - SUBSÍDIOS ÀS INSTITUIÇÕES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL – 2014** – Presente a seguinte



informação da Chefe de Divisão de Ação Social: "Coloca-se à aprovação a presente proposta de atribuição de subsídios a instituições de solidariedade social para ano de 2014, ao abrigo do Regulamento n.º 607/2010 de 15 de Julho - Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social. As 41 instituições que apresentaram candidaturas para o ano de 2014, encontram-se inscritas no Registo Municipal das Instituições de Solidariedade Social de Guimarães (RMISG) e foram avaliadas de acordo com os critérios de apreciação previstos nos artigos 10º e 11º do referido regulamento. Os projetos e atividades apresentados pelas instituições foram avaliados de acordo com os seguintes parâmetros: – qualidade e interesse dos projetos; continuidade e qualidade de execuções anteriores; criatividade e inovação; consistência e adequação do orçamento; capacidade de angariar outras fontes de financiamento; número potencial de beneficiários; consonância entre os objectivos propostos e o plano de desenvolvimento social do município; respostas às necessidades da comunidade, intervenção continuada em área prioritárias de inserção social e comunitária, bem como o contributo para corrigirem desigualdades de ordem socioeconómica, o combate à exclusão social e o âmbito geográfico de intervenção. Após a verificação destes critérios de elegibilidade, determinaram-se as classificações dos projetos de cada uma das 41 instituições candidatas às quais corresponderam os valores de financiamento que agora se propõe para aprovação e que a seguir se apresentam por ordem de valor atribuído. -----

N	INSTITUIÇÕES	Valor a Financiar
1	LAR DE SANTO ANTÓNIO	35.321,40
2	CASA DO POVO DE FERMENTÕES	18.000,00
3	ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE GUIMARÃES	16.000,00

N	INSTITUIÇÕES (continuação)	Valor a Financiar
4	ASSOCIAÇÃO DE APOIO À CRIANÇA	10.500,00
5	ASSOCIAÇÃO DE REFORMADOS E PENSIONISTAS DE GUIMARÃES	10.400,00
6	CERCIGUI	10.000,00
7	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE GUIMARÃES	10.000,00
8	ASSOCIAÇÃO MUNDO DA LUA	9.000,00
9	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	9.000,00
10	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL S.MARTINHO DE CANDOSO	9.000,00
11	CENTRO SOCIAL DA PARÓQUIA DE POLVOREIRA	8.000,00
12	CENTRO SOCIAL DA PARÓQUIA DE SANTA EULÁLIA DE NESPEREIRA	8.000,00
13	CENTRO SOCIAL DE BRITO	8.000,00
14	CENTRO SOCIAL DE GUARDIZELA	8.000,00
15	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE RONFE	8.000,00
16	CENTRO SOCIAL PADRE MANUEL JOAQUIM DE SOUSA	8.000,00
17	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE S. CRISTOVÃO DE SELHO	8.000,00
18	CASA DO POVO DE BRITEIROS	7.000,00
19	ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES LOCAIS	6.086,36
20	CENTRO PAROQUIAL DE MOREIRA DE CÓNEGOS	6.000,00
21	CENTRO SOCIAL DA IRMANDADE DE S.TORCATO	6.000,00
22	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE GONDAR	6.000,00
23	PATRONATO DE S.SEBASTIÃO	6.000,00
24	VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE S.DOMINGOS	6.000,00
25	VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO	6.000,00
26	ASSOCIAÇÃO DE DADORES BENÉVOLOS DE SANGUE DE GUIMARÃES	5.000,00
27	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO E AMIGOS DAS ESCOLAS PRIMÁRIAS N.1, 2 e 3 E INFANTÁRIOS DE SERZEDELO	5.000,00
28	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE MASCOTELOS/SANTIAGO	4.000,00
29	CASA DO POVO DE SERZEDELO	3.500,00
30	CENTRO SOCIAL D.MANUEL MONTEIRO DE CASTRO	3.500,00
31	CENTRO SOCIAL RECREATIVO E CULTURAL DE CAMPELOS	3.500,00
32	ASSOCIAÇÃO SOCIAL E CULTURAL DE URGEZES	3.000,00



N	INSTITUIÇÕES (continuação)	Valor a Financiar
33	ASSOCIAÇÃO DE REFORMADOS DE LORDELO	2.500,00
34	CASA DA JUVENTUDE DE GUIMARÃES W Y F	2.500,00
35	CRECHE E JARDIM INFANTIL ALBANO COELHO LIMA	2.500,00
36	GRUPO DESPORTIVO E RECREATIVO "OS AMIGOS DE URGESES"	2.500,00
37	CENTRO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVO DE SILVARES	2.000,00
38	ASSOCIAÇÃO DE SURDOS DE GUIMARÃES E VALE DO AVE	1.500,00
39	GRUPO RECREATIVO 20 ARAUTOS DE D.AFONSO HENRIQUES	1.500,00
40	ASSOCIAÇÃO VENCEDORES DO CANCRO UNIDOS PELA VIDA	1.000,00
41	CRUZ VERMELHA PORTUGUESA - DELEGAÇÃO DE GUIMARÃES	1.000,00
TOTAL		286.807,76

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 12º do Regulamento n.º 607/2010 de 15 de Julho, propõe-se a aprovação desta proposta para a atribuição de subsídios às instituições supra indicadas, no montante total de €286.807,76 (duzentos e oitenta e seis mil oitocentos e sete euros e setenta e seis cêntimos), cabimentada com o n.º 1382/2014." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL - SUBSÍDIO A ATRIBUIR AO CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE RONFE (INSTITUIÇÃO PARTICULAR DE SOLIDARIEDADE SOCIAL)** – Presente a seguinte proposta: "O Centro Social e Paroquial de Ronfe procedeu à ampliação e à execução de obras de alteração do edifício destinado a Creche, Jardim de Infância, Lar de Idosos e Serviços Domiciliários, no âmbito do processo de licenciamento nº 52/07. Em Fevereiro de 2014, foi emitido o respetivo Alvará de Construção nº 61/2014, pelo que o Centro Social e Paroquial de Ronfe procedeu ao pagamento das taxas devidas pela emissão daquele Alvará, no valor de 12.441,48€, sendo que o Centro Social e Paroquial de Ronfe deverá proceder ao pagamento das taxas devidas pela

emissão do Alvará de Autorização de Utilização do edifício, no valor de 12.190,14€. Este Centro Social é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), que presta apoio à comunidade onde se encontra inserido, pelo que se considera necessário e importante apoiar a construção de equipamentos desta natureza, através da concessão da isenção ou redução do pagamento das taxas e encargos nas operações urbanísticas. Ora, não contemplando o Regulamento Municipal de Taxas e Encargos nas Operações Urbanísticas em vigor, tais isenções, e apesar de já se encontrar em curso os procedimentos com vista à alteração necessária, tendo em conta o manifesto interesse público da atividade desenvolvida pelas IPSS, entendemos dever apoiar estas instituições, no que seja possível e esteja nas competências da autarquia. Assim, em reconhecimento do relevante interesse público da atividade que o Centro Social e Paroquial de Ronfe prossegue e desenvolve, bem como do apoio que presta à sua comunidade, proponho, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 5º e do nº 6 do artigo 9º do Regulamento Municipal de Apoio às Instituições de Solidariedade Social de Guimarães, a atribuição a esta entidade, registada sob o nº 501449906, de um subsídio de no valor de 24.631,62€, destinado a comparticipar, a título excecional, nos custos a suportar com o pagamento as taxas devidas pela emissão do alvará de construção, bem como da autorização de utilização do edifício destinado a Creche, Jardim de Infância, Lar de Idosos e Serviços Domiciliários.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** O Vereador José Torcato Ribeiro apresentou a seguinte **declaração de voto:** “O nosso voto favorável nos pedidos de isenção, total ou parcial, das taxas municipais devidas a obras para fins sociais, traduzem o apoio da CDU ao papel social destes equipamentos, muitas vezes



subestimados pelos governos de turno ou descriminados consoante a sua cor partidária, mas em nenhum caso este voto pode ser interpretado como concordância ou sequer compreensão pela gestão praticada, pelo seu sobredimensionamento, quando assim é, ou pela respectiva falta de viabilidade económica dele resultante.” -----

**AÇÃO SOCIAL - SUBSÍDIO A ATRIBUIR AO CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE SÃO MARTINHO DE CANDOSO (INSTITUIÇÃO PARTICULAR DE SOLIDARIEDADE SOCIAL) –** Presente a

seguinte proposta. “O Centro Social e Paroquial de S. Martinho de Candoso procedeu à construção de um edifício destinado a Creche e Jardim de Infância, no âmbito do processo de licenciamento nº 420/03. Em Janeiro de 2014, foi realizada a vistoria necessária com vista a obtenção da autorização de utilização daquele edifício. Para efeitos de emissão de tal autorização o Centro Social e Paroquial de S. Martinho de Candoso tem agora que proceder ao pagamento das taxas, no valor de 5.170,45€. Este Centro Social é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), que presta apoio à comunidade onde se encontra inserido, pelo que se considera necessário e importante apoiar a construção de equipamentos desta natureza, através da concessão da isenção ou redução do pagamento das taxas e encargos nas operações urbanísticas. Ora, não contemplando o Regulamento Municipal de Taxas e Encargos nas Operações Urbanísticas em vigor, tais isenções, e apesar de já se encontrar em curso os procedimentos com vista à alteração necessária, tendo em conta o manifesto interesse público da atividade desenvolvida pelas IPSS, entendemos dever apoiar estas instituições, no que seja possível e esteja nas competências da autarquia. Assim, em reconhecimento do relevante interesse público da atividade que o Centro Social e

Paroquial de S. Martinho de Candoso prossegue e desenvolve, bem como do apoio que presta à sua comunidade, proponho, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 5.º e do n.º 6 do artigo 9.º do Regulamento Municipal de Apoio às Instituições de Solidariedade Social de Guimarães, a atribuição a esta entidade, registada no sob o nº 501459820, de um subsídio no valor de 5.170,45€, destinado a participar, a título excecional, nos custos a suportar com o pagamento das taxas devidas pela emissão da autorização de utilização do edifício destinado a Creche e Jardim de Infância.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** O Vereador José Torcato Ribeiro apresentou a seguinte **declaração de voto:** “O nosso voto favorável nos pedidos de isenção, total ou parcial, das taxas municipais devidas a obras para fins sociais, traduzem o apoio da CDU ao papel social destes equipamentos, muitas vezes subestimados pelos governos de turno ou discriminados consoante a sua cor partidária, mas em nenhum caso este voto pode ser interpretado como concordância ou sequer compreensão pela gestão praticada, pelo seu sobredimensionamento, quando assim é, ou pela respectiva falta de viabilidade económica dele resultante.” -----

**CULTURA - APOIOS A CONCEDER AO FESTIVAL HARMOS PLURAL 2014** – Presente a seguinte proposta: “O Festival Harmos Plural decorrerá de 25 a 30 de Março, em várias cidades do norte do País. É uma iniciativa da CIM AVE em parceria com várias Autarquias, incluindo a Câmara Municipal de Guimarães. Na sequência das reuniões preparatórias entretanto efetuadas, proponho a prestação dos seguintes apoios: Colocação de piano no Paço dos Duques de Bragança; Colocação de 100 cadeiras e de 2 projetores de luz branca na sala de concertos do Paço dos Duques de Bragança; Colocação de aquecedores na mesma sala de





concertos, importando a aquisição de gás em cerca de €120,00; Criação de uma Newsletter, pelos serviços, para apoio na divulgação, no site da CMG; Transporte dos grupos do Hotel Fundador para o Paço dos Duques e percurso inverso; A prestação destes apoios implica a realização de trabalho extraordinário por parte de motoristas e pessoal técnico.” **DELIBERADO APROVAR**

**POR UNANIMIDADE.** -----

**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ATA EM MINUTA.** -----

**PELAS ONZE HORAS E QUARENTA E CINCO MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA.** -----